

SERVIÇO GEOLÓGICO ESTADUAL: MINEROPAR COMO ESTUDO DE CASO*Eduardo Salamuni¹*¹ UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

RESUMO: A Minerais do Paraná S.A.-MINEROPAR foi constituída nos termos da Lei Estadual 6.938 de 21 de outubro de 1977 como uma Sociedade de Economia Mista, tendo por atribuições estatutárias básicas o estímulo ao descobrimento, ao cadastramento e o aproveitamento dos recursos minerais do Estado, por meio de programação própria e/ou em cooperação com a iniciativa privada, bem como a execução de ações que objetivassem a atração de investimentos ao setor mineral do Estado. No início, que coincidiu com uma urgente necessidade do Brasil encontrar minérios e desenvolver sua indústria mineral de base, a instituição investiu na prospecção mineral, tanto que nos sucessivos períodos da história da Empresa, estas atribuições foram exercidas com ênfases variáveis: na prospecção de minerais não-metálicos (ou industriais), metálicos e energéticos, no fomento à indústria mineral estabelecida, na atração de investimentos ao setor mineral e no suporte técnico à gestão territorial. Ao longo de sua história, todavia, e tendo-se em conta a necessidade de uma brusca mudança institucional, mais notadamente a partir de 1988, a empresa especializou-se em trabalhos voltados à promoção e a execução de mapeamentos geológicos básicos, além do desenvolvimento de estudos geológicos como suporte aos planos de ordenamento territorial urbano, que já constavam em seu estatuto, mas eram considerados objetivos secundários. Tal mudança se deu por ocasião da promulgação da nova Constituição Federal que extinguiu o Imposto Único sobre Minerais (IUM) e reduziu drasticamente os ativos financeiros, não só da Mineropar, mas também de empresas congêneres de outros estados, inclusive levando algumas à insolvência. No estado do Paraná, a nova constituição estadual revista obrigatoriamente em função da nova constituição federal, mostra dois artigos (12 e 164) que exigem responsabilidade do estado pelo serviço geológico, principalmente pela geração de documentos cartográficos básicos e aplicados. Neste espaço de ação, portanto, houve ainda maior possibilidade de consolidação da Mineropar como Serviço Geológico (SG) estadual. A hipótese de que as instituições estaduais de geologia e mineração devam se constituir um SG, não é amplamente aceita entre os profissionais do setor. O argumento mais aceito vai pela linha pragmática de que as instituições estaduais são frágeis e com poucos recursos humanos envolvidos, havendo pouco espaço de manobra para o avanço da formação dos serviços geológicos clássico: seria melhor concentrar esforços na indústria mineral, posto que, pelo menos, um setor estaria fortalecido, de tal forma que ótimos trabalhos nesta atividade poderiam indiretamente auxiliar outras áreas de atuação. Todavia este argumento não leva em consideração as imensas tarefas de organização territorial que o estado necessita realizar, principalmente para a solução da falta de conhecimento básico de seu território. Assim, o contra-argumento em favor do serviço Geológico Estadual, está no processo de construção e/ou fortalecimento de instituição que priorize a obtenção do conhecimento generalista, útil a todas as áreas, com intervenções pontuais ou sistemáticas. Ou seja, quando há necessidade da atuação forte no setor de mineração, o serviço geológico estadual se prepara; ou então se prepara para atender outras demandas que exijam a participação de geólogos não voltados à indústria mineral.

PALAVRAS-CHAVE: SERVIÇO GEOLÓGICO; ESTADOS; MINEROPAR.